



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4344 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUARTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-03-2021.

Aos dois dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se virtualmente, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Felipe Camozzato, Claudio Janta, Comandante Nádia, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. Em continuidade, foram DISTRIBUÍDOS, para parecer: ao vereador Leonel Radde, o Projeto de Resolução nº 038/20 (Processo nº 0089/20); ao vereador Mauro Pinheiro, o Projeto de Resolução nº 015/20 (Processo nº 0267/20); ao vereador Pedro Ruas, o Projeto de Resolução nº 018/20 (Processo nº 0274/20). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia vinte e três de fevereiro do corrente, nº 001/21 (Projeto de Lei do Legislativo nº 021/13 – Processo nº 0527/13), ao Veto Total, de autoria da vereadora Comandante Nádia; nº 002/21 (Projeto de Lei do Legislativo nº 021/17 – Processo nº 0355/17), ao Veto Total, de autoria do vereador Ramiro Rosário; 003/21 (Projeto de Resolução nº 020/20 – Processo nº 0290/20), nº 004/21 (Projeto de Resolução nº 019/20 – Processo nº 0281/20), ambos de autoria do vereador Leonel Radde; no dia vinte e quatro de fevereiro do corrente, nº 005/21 (Projeto de Lei do Legislativo nº 192/17 – Processo nº 1049/17), ao Veto Parcial, de autoria do vereador Mauro Pinheiro. Registra-se que foram aprovadas as REDAÇÕES FINAIS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, referente aos seguintes projetos: no dia oito de janeiro do corrente, Projeto de Resolução nº 001/21 (Processo nº 0013/21), que “Extingue cargo efetivo, cargos em comissão e funções gratificadas e cria cargos em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, e revoga o inc. VII do caput do art. 1º, o art. 9º e a alínea e do inc. II do § 1º do art. 14 da Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências”; no dia quatorze de janeiro do corrente, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21 (Processo nº 0011/21), que “Altera os incs. I, II, III, V, VI, VII e IX, inclui os incs. X a XIII no caput do art. 3º e inclui o art. 4-A na Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 817, de 30 de agosto de 2017; altera os incs. IX, X, XI, XIII, XIV, XV e XVII e o § 1º

e inclui os incs. XVIII a XXI no art. 6º da Lei Complementar nº 817, de 2017; altera o caput do art. 6º da Lei nº 12.501, de 24 de janeiro de 2019; cria o Gabinete da Causa Animal (GCA) e o Gabinete da Inovação (GI); revoga os dispositivos que especifica; e dá outras providências, alterando a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Executivo nº 001/21 (Processo nº 0012/21), que “Altera o caput do art. 1º, os incs. I e III do art. 3º, o caput do inc. I do art. 4º, o § 6º do art. 5º, os incs. II e III do caput do art. 7º, o inc. II do caput do art. 8º e o caput do art. 11; inclui §§ 3º e 4º no art. 1º, inc. VIII no caput do art. 3º, als. g e h no inc. I do caput e parágrafo único no art. 4º; e revoga a al. e do inc. I do art. 4º, todos na Lei nº 2.902, de 30 de dezembro de 1965 – que fixa diretrizes para a política habitacional do Município, reestrutura, sob a denominação de Departamento Municipal de Habitação (Demhab), o Departamento Municipal da Casa Popular e dá outras providências –, alterada pela Lei nº 2.979, de 9 de dezembro de 1966, dispondo sobre a participação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (Smharf) na política habitacional do Município de Porto Alegre e dando outras providências”; no dia vinte e dois de janeiro do corrente, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/21 (Processo nº 0062/21), que “Remite os créditos tributários constituídos ou que vierem a ser constituídos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assim como os juros e os demais consectários legais componentes desses créditos tributários, cujos fatos geradores ocorreram entre os dias 1º de janeiro de 2021 e 5 de janeiro de 2021, decorrentes da prestação de serviço público de transporte coletivo por ônibus, e anistia as multas de mora ou de qualquer outra natureza relacionadas a esses créditos tributários”; no dia vinte e seis de janeiro do corrente, Projeto de Lei do Executivo nº 002/21 (Processo nº 003/21), que “Autoriza o Poder Executivo a contratar Auxiliares de Serviços Gerais, Auxiliares de Cozinha e Cozinheiros para a Secretaria Municipal de Educação (Smed) em caráter temporário e por prazo determinado e altera o caput e o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.770, de 19 de janeiro de 1996 – que dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado, a fim de atender necessidades temporárias de excepcional interesse público –, alterada pela Lei nº 10.970, de 28 de outubro de 2010, aumentando o prazo das admissões para 180 (cento e oitenta) dias, e dá outras providências”; no dia primeiro de fevereiro do corrente, Projeto de Lei do Legislativo nº 145/20 (Processo nº 0346/20), que “Concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Taline Ferreira Oppitz”, Projeto de Lei do Legislativo nº 021/20 (Processo nº 0059/20), que “Concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Carlos Rafael Guimaraens Filho”, Projeto de Resolução nº 061/19 (Processo nº 0597/19), que “Concede a Comenda Porto do Sol ao Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)”, Projeto de Resolução nº 066/19 (Processo nº 0653/19), que “Concede a Comenda Porto do Sol à Colombo – Estruturas para Eventos”, Projeto de Lei do Legislativo nº 136/20 (Processo nº 0333/20), que “Concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Pedro Cezar Dutra Fonseca”, Projeto de Lei do Legislativo nº 088/20 (Processo nº 0230/20), que “Permite a utilização do cartão do Sistema de Transporte Integrado (TRI) na modalidade cartão TRI Vale-Transporte para o pagamento de transporte seletivo por lotação”, Projeto de Lei do Legislativo nº 147/20 (Processo nº 0352/20), que “Inclui art. 6º-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre, revoga as Leis nos 8.480, de 27 de abril de 2000, e 8.836, de 18 de dezembro de 2001, e dá outras providências –, e alterações posteriores, determinando a divulgação das informações relativas às compras e às contratações realizadas por meio de dispensa de licitação”, Projeto de Lei do Legislativo nº 075/19 (Processo nº 0152/19), que “Institui o Programa Banco de Ração e de Utensílios para Animais no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Legislativo nº 085/20 (Processo nº 0220/20), que “Estabelece como essenciais as

atividades que especifica realizadas em igrejas e templos de qualquer natureza no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/17 (Processo nº 0322/17), que “Altera o inc. XXVIII do caput do art. 18 e o inc. I do caput do art. 86 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre a queima de fogos de artifício e afins”, Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/19 (Processo nº 0585/19), que “Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 832, de 9 de março de 2018 – que dispõe sobre medidas de polícia administrativa de competência do Município de Porto Alegre e dá outras providências –, incluindo as infrações previstas na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012, e alterações posteriores”, Projeto de Lei do Legislativo nº 006/16 (Processo nº 0097/16), que “Inclui conteúdo sobre cultura tradicionalista nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino”, Projeto de Lei do Legislativo nº 036/19 (Processo nº 0068/19), que “Institui o Programa Praia Acessível no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0277/20), que “Inclui os arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C e revoga o art. 3º na Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984 – que consolida dispositivos relativos à instituição da Passagem Escolar no Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, instituindo os procedimentos para a concessão e a renovação da Carteira de Passagem Escolar do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Legislativo nº 095/20 (Processo nº 0248/20), que “Estabelece como essenciais, durante os períodos em que forem decretados situação de emergência ou estado de calamidade pública, as atividades realizadas por escolas privadas de educação infantil no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Legislativo nº 238/19 (Processo nº 0543/19), que “Institui a Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o atendimento especializado aos estudantes identificados com altas habilidades e superdotação no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20 (Processo nº 0350/20), que “Ratifica, para todos os efeitos, as alterações dos limites da Macrozona (MZ) 08, entre as Unidades de Estruturação Urbana (UEU) 078 e 080, das Subunidades 01 e 09 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 01 e 02 da UEU 080 da MZ 08 e a criação das Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 da UEU 080 da MZ 08, constantes do Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores, bem como as definições dos respectivos regimes urbanísticos para as novas Subunidades, e dá outras providências”, Projeto de Lei do Legislativo nº 098/18 (Processo nº 1061/18), que “Prevê a instituição de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas (Dispute Boards) nos contratos administrativos celebrados pelo Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Legislativo nº 092/18 (Processo nº 1030/18), que “Permite manifestações culturais, religiosas, sociais, esportivas e de artistas de rua em espaços públicos abertos do Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 11.586, de 5 de março de 2014, e dá outras providências”, Projeto de Lei do Legislativo nº 151/19 (Processo nº 0322/19), que “Inclui a efeméride Dia de Conscientização e Prevenção ao Femicídio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores”; no dia 10 de fevereiro do corrente, Projeto de Resolução nº 010/21 (Processo nº 0149/21), que “Extingue cargos efetivos no Quadro dos Cargos Efetivos da Câmara Municipal de Porto Alegre e cria cargos em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constantes na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e

alterações posteriores”, Projeto de Resolução nº 009/21 (Processo nº 0148/21), que “Altera o caput do art. 13 e o caput do art. 27 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, criando o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora”, Projeto de Lei do Executivo nº 036/19 (Processo nº 0610/19), que “Cria a modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC)”; no dia dezessete de fevereiro do corrente, Projeto de Lei do Executivo nº 003/20 (Processo nº 0019/20), que “Autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Porto Alegre”, Projeto de Lei do Legislativo nº 254/19 (Processo nº 0598/19), que “Denomina Unidade Básica de Saúde Paulo Ávila o equipamento público localizado na Rua Paulo Maciel, 220, localizado no Bairro Cavahada”, Projeto de Lei do Legislativo nº 104/19 (Processo nº 0212/19), que “Determina a doação de alimentos e produtos apreendidos pelo serviço de vigilância sanitária municipal e pelo Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária a instituições públicas ou privadas que detenham a guarda temporária ou permanente de animais nativos, exóticos ou de estimação”; no dia dezoito de fevereiro do corrente, Projeto de Lei do Legislativo nº 257/19 (Processo nº 0602/19), que “Tomba como patrimônio histórico-cultural do Município de Porto Alegre o Ocutá do Bará do Mercado Público, representado pela pedra que o caracteriza”, Projeto de Resolução nº 012/21 (Processo nº 0159/21), que “Extingue cargos efetivos no Quadro dos Cargos Efetivos da Câmara Municipal de Porto Alegre e cria cargo em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constantes na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores”, Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18 (Processo nº 1103/18), que “Determina a prioridade de atendimento no Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários no transporte coletivo às pessoas que declararem estar em tratamento por meio de quimioterapia, radioterapia ou hemodiálise, utilizar bolsa de colostomia ou estar em tratamento de outras enfermidades prejudiciais a suas motricidades”, no dia dezanove de fevereiro do corrente, Projeto de Lei do Legislativo nº 001/20 (Processo nº 0001/20), que “Obriga os edifícios de uso público e coletivo do Município de Porto Alegre que possuam ambientes com ar interior climatizado artificialmente a disporem de Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) de seus sistemas de climatização”; no dia vinte e seis de fevereiro do corrente, Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19 (Processo nº 0362/19), que “Revoga as Leis que especifica, por revogação tácita ou por desuso no tempo”. Às onze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Felipe Camozzato.

PRESIDENTE

/AT



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Zortea Camozzato**, **Vereador**, em 04/08/2021, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0242369** e o código CRC **6FB1CFAC**.

Referência: Processo nº 004.00003/2021-82

SEI nº 0242369